

**Palmeira dos Índios - AL, Brasil 27 de novembro de 2015.**

**Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Rodrigo Cunha,**

Sempre sendo um defensor da educação e da segurança Pública estadual, vossa excelência chamou a nossa atenção. Somos alunos do ensino médio integrado do Instituto Federal de Alagoas – Campus Palmeira dos índios, e gostaríamos de abordar alguns dos projetos que o senhor propôs, assim como o vosso ponto de vista em emendas indicadas por outros parlamentares.

Sabe-se que é cabível aos deputados estaduais e federais a função de legislar, discutir e aprovar leis. Todavia, compete aos deputados estaduais, de forma mais restrita, emendar, propor, revogar e alterar leis do estado; bem como fiscalizar a administração e julgar contas do governo estadual; tornando-os, assim, os representantes do povo nas Assembleias Legislativas.

Em setembro de 2015, o governo de Alagoas propôs um reajuste dos valores na arrecadação de impostos, alegando a perspectiva de angariar maiores fundos para o estado com destino às melhorias nos índices de educação e saúde. Isso levou ao aumento nos impostos da gasolina; serviços de telefonia e internet; bem como aumento do IPVA para carros com motores a partir de 1.0 de potência e de motocicletas a partir de 150 cilindradas; além do reajuste das taxas da fazenda pública estadual.

Diante dessa proposição, Vossa Excelência assumiu em plenário uma postura de defesa da população e de alerta para as consequências que esses aumentos nas alíquotas causariam, questionando de forma imparcial e argumentando sobre possíveis danos. O aumento desses impostos impactaria diretamente o cotidiano dos cidadãos alagoanos independente de segmento social, pois estão intrinsecamente ligados ao dia a dia da população. Um exemplo claro no aumento da alíquota da gasolina é o reflexo para os taxistas; para as empresas de ônibus; para as pessoas que possuem carros ou motos, como apontado e defendido tão bem pelo deputado. O aumento das taxas na fazenda pública estadual, por sua vez, desestabilizaria alagoanos que precisassem regularizar a situação fiscal de suas empresas ou microempresas. O senhor foi de encontro a esse projeto, questionando se o aumento na carga tributária seria mesmo eficaz quando os

investimentos governamentais não são bem geridos e não são direcionados para setores da educação, saúde e segurança. A solução a ser encontrada seria o melhor gerenciamento dos recursos públicos e as respectivas aplicações, fato que foi muito bem defendido e argumentado por Vossa Excelência, rendendo-lhe saldo positivo e apoio do povo. Além disso, mostrou-se preocupado com o absurdo que seria aumentar os impostos para investir em políticas públicas, sendo uma lógica incoerente e infundada, pois como ter assegurado que o dinheiro arrecadado seria direcionado corretamente?

*“As pessoas não tem mais de onde tirar dinheiro. É inadmissível passar a conta para as costas dos contribuintes alagoanos. Como político me assusta perceber que o governador Renan Filho está buscando a mesma solução que a presidenta Dilma está fazendo para o país, que é aumentar impostos. Se depender de mim, essas medidas não irão adiante”, conclui Cunha.*

Depreende-se, assim, que vossa postura é de luta pelos direitos da população, sendo um político que apresenta novas propostas e uma ideologia a ser seguida. O deputado deixou claro que não é somente mais um político de voz passiva, pelo contrário, vai de encontro às incoerências do Executivo, discutindo a eficácia de leis, revogando-as e fiscalizando os legislativos. É perceptível vossa elaboração de projetos voltados para justiça social, melhorias na qualidade de vida da população e promoção de ideias sócio-políticas pluralistas. Ser um parlamentar ético e atuante rende-lhe admiração por parte da população alagoana tão desacreditada na classe política.

Deputado Rodrigo, ao propor o projeto de lei Nº 95 de 2015 na Assembleia Legislativa Estadual, o senhor revelou uma preocupação com a obrigatoriedade de processos seletivos para estágios, atividade de extrema importância na educação profissional e universitária e desde 2008 regulada pela Lei nº 11.788. Ao propor, em âmbito geral, a imparcialidade na escolha dos estagiários, que representam uma frente de colaboração importante para as empresas, esse projeto tem grande valor, visto que um processo seletivo mais democrático e onde seja privilegiado o mérito é o correto, além de incentivar o estudante a dedicar-se e empenhar-se para alcançar o estágio desejado. Destaca-se ainda a importância da lisura de um processo sem favorecimento, o fato de que estudantes que buscam estágios, na maioria das vezes, estão iniciando suas atividades profissionais e ainda não apresentam um currículo bem estruturado, dificultando dessa maneira a seleção por currículos, já que o aluno a ser selecionado pode não ser o mais bem qualificado. A medida proposta ainda evita uma forma de seleção ainda mais injusta, e infelizmente

muito comum, na qual as empresas buscam estagiários que tenham indicações (não profissionais) de amigos ou familiares. Por conta disso, sua proposta merece nossos elogios e o nosso devido reconhecimento, já que estudamos em uma instituição de ensino técnico e sabemos da dificuldade ao ter determinada carga horária de atividades profissionais obrigatórios, logo, somos diretamente beneficiados.

Gostaríamos ainda de ressaltar a posição de Vossa Excelência ao criticar a postura do Governo Estadual quando prioriza como forma de combate à violência, a utilização de uma grande quantidade de verba para a Segurança Pública e ao apresentar uma emenda substitutiva ao projeto do Poder Executivo, na qual R\$ 72.000.000,00 (setenta e dois milhões de reais) da verba destinada ao Departamento de Trânsito seria transferida para o Estado de Defesa Social e Ressocialização. O senhor sugeriu também que 10% (dez por cento) dessa quantia fosse direcionada para investimentos na educação e na contratação de novos professores. Dessa maneira, procurou cooperar com a melhoria da educação do nosso estado – a qual vem ocupando as piores colocações do país nos últimos anos, de acordo com o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

Lamentamos que a vossa proposta de que a quantia de R\$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais) fosse direcionada para educação tenha sido negada e que a tentativa do Excelentíssimo senhor de melhorar a educação do nosso estado tenha sido, dessa vez, em vão. Enquanto isso, o projeto inicial do governo de transferir a quantia inicial para a Secretaria de Estado de Defesa Social e Ressocialização foi aceita, curiosamente, com o voto contrário do senhor parlamentar, que utilizou como justificativa não dispor de informações ou detalhamentos técnicos específicos suficientes sobre a destinação de tal verba, salientando que:

*“Precisamos ficar atentos com a destinação dessa verba. Afinal, esse recurso é para compra de viaturas e equipamentos? No projeto não há nenhuma informação técnica ou detalhamento financeiro. Defendi o remanejamento para a educação por acreditar que essa é a melhor maneira de prevenção ao crime e por saber da situação precária que hoje se encontra a Uneal”.*

Nunca deixando a educação de lado, sempre apontando os defeitos do nosso sistema e lutando ao lado dos que querem o crescimento do nosso estado, o senhor deputado ganha o apoio de muitos, até porque não ter logrado êxito nessa tentativa não deve desanimá-lo. Continue vossa luta pela melhoria do sistema educacional alagoano.

Em fevereiro passado, ocorreu na capital alagoana um manifesto feito por alunos de escolas públicas estaduais, que reivindicava alguns direitos da classe. Os estudantes acabaram entrando em confronto com a polícia, fato que causou repercussão na imprensa. A Assembleia Legislativa se viu em um momento de apreensão, que culminou na elaboração e respectiva aprovação em caráter de urgência do Projeto de Lei que garante o “passage livre” para alunos de escolas da rede pública estadual. Esse projeto seria a solução encontrada para garantir que eles tivessem condições de chegar à escola, já que o transporte escolar tradicional havia sido suspenso pelo Governo, o que ocasionava o número cada vez maior de faltas escolares. Não esqueçamos também do preço da passagem de ônibus inacessível para a maioria das famílias, causando a impossibilidade para muitos de ir à escola. É nítido que ao propor esse projeto de lei, foram desconsiderados diversos fatores sociais e suas consequências, como o problema de mobilidade urbana, presente em todas as capitais do país, fazendo com que os transportes coletivos, que já não suprem a alta demanda, ficassem ainda mais superlotados, comprometendo e atingindo diretamente os estudantes.

Apesar de ter votado a favor, Vossa Excelência deixou bem claro que era contra essa iniciativa, apontando-a como de caráter restritivo e sem um benefício evidente. Foi de suma importância demonstrar vossa postura condescendente com os alunos. Reiterando, defendeu também a questão da segurança, pois alunos que estudam no período vespertino ou noturno ficariam nos pontos de ônibus, sem nenhuma asseguuração de que chegariam bem em casa. Essa tese fica ainda mais comprometedor quando supomos que crianças de 10, 11 anos fariam uso dessa mesma linha e estariam expostas a quaisquer formas de violência. Alunos que antes tinham um transporte coletivo adequado, além da presença de monitores para coordenar e supervisionar sua chegada à escola e em casa, não contariam mais com esse serviço. Fato que aumentaria a evasão escolar. Como se certificar de que o aluno realmente irá para a escola, quando se tem inúmeras paradas nos ônibus? A segurança das crianças com faixa etária de 5 a 10 anos também foi abordada, já que alguns pais que não podiam acompanhar seus filhos, deixando-os sob a supervisão de um monitor. Se os pais, por motivos financeiros ou empregatícios, não puderem acompanhar os filhos deles à escola, e não deixarem esses irem sozinhos, eles deixarão de frequentar as aulas?

É exemplar a visão ampla que o deputado teve em relação à problemática do transporte escolar, propondo uma discussão mais ampla do projeto, revendo, promulgando e recomendando melhores soluções para que os alunos tenham serviços de atendimento às necessidades deles. Considerando que o senhor ainda não lamentou o rompimento do contrato com o transporte escolar, decisão que o Executivo tomou sem planejamento ou preocupação sobre a situação real dos estudantes e que gerou complicações em relação ao ano letivo, por que não atuar para a volta desses serviços? O mau funcionamento do Passe Livre é discutido até mesmo entre os alunos, que explanam sua preocupação em relação a isso.

*“Mesmo com a aprovação do passe livre, nós vamos sofrer com os ônibus lotados, principalmente porque os estudantes e os trabalhadores geralmente saem de casa no mesmo horário. Além disso, para mim que moro no Benedito Bentes, é perigoso descer no ponto de ônibus durante a noite. O transporte escolar nos deixava mais seguros”, relata a estudante do 9º ano.*

Fica claro que com questionamentos pertinentes e preocupado com o cotidiano dos jovens cidadãos, muito mais do que com interesses políticos, o deputado vem sendo uma voz singular na Assembleia Estadual. Ao apontar nossos reais problemas e com sua forma de legislar, o senhor vem nos representando. Sendo assim, por que não inserir jovens alunos na discussão de novas soluções para temáticas de cunho estudantil, de transporte e sociais?

*“Não consegui compreender ainda qual é o benefício. O projeto, de positivo, só tem o nome. É um passe limitado. Eu não sou contra o passe livre, mas sou contra a forma como está sendo posto, que nada tem a ver com a concepção da ideia. O projeto precisa ser discutido melhor”, salientou.*

Comprova-se necessária vossa presença como sendo uma constante nas decisões a serem tomadas pelo Governo Estadual, bem como vossa atuação a favor dos direitos do povo e inserção de leis e iniciativas que priorizem cada vez mais a saúde, educação, segurança e bem-estar do estado e da sociedade como um todo. Precisamos de políticos que tenham postura de ataque à situação atual. Sobretudo, de ações concretas de combate aos crimes, à violência e à corrupção. Defendemos uma política pautada pela democracia e igualdade de direitos com a máxima participação social.

Ao encaminhar 9 (nove) projetos de lei visando ao bem-estar do povo alagoano, o senhor indica estar trilhando um caminho correto, com ações como as que abordamos nesta carta, fazendo jus assim aos 60.729 votos recebidos e comprovando que a confiança que lhe foi dada não foi em vão.

Atenciosamente,

Alunos do Instituto Federal de Alagoas- Campus Palmeira dos índios

Maria Eduarda

Matheus Barbosa

Matheus Magalhães

Mykael Kaique

Naryesllan Carvalho

Pedrita Mirelly

Pedro Expedito

Reynaldo Lima

Talisson Igor

Valéria Patrícia

Vitor Assis

Vitória Lúcio

Willams Carlos

## **Perguntas para o Parlamentar Rodrigo Cunha**

1º) No início deste ano o Programa de Redução da Violência Letal apontou o estado de Alagoas como o mais violento para adolescentes. Esses muitas vezes seriam vítimas de criminosos da mesma faixa etária. Foi revelado também que o estado também possui um número altíssimo de homicídios. Mata-se muito em Alagoas. Como o senhor avalia essas informações? Vossa Excelência defende investimentos em educação como forma de prevenção contra violência no estado. Qual é a área da educação deveria ter mais investimentos e um maior controle? Como esses investimentos deveriam ser aplicados eficazmente?

2º) A situação do transporte público comum e escolar é preocupante no país inteiro. Na maioria das vezes a população não dispõe nem de elementos básicos como os cintos de segurança. Para o senhor, qual seria o sistema ideal para o estado? Existem possibilidades de a situação atual ser melhorada em curto/médio prazo? Quais seriam as restrições cabíveis para o movimento “passe livre”?

3º) Apesar de ser parlamentar há pouco tempo, o Excelentíssimo senhor tem provocado discussões sobre vários assuntos, alguns polêmicos, um deles foi a violência contra a mulher. Quais as vossas expectativas em relação à violência contra a mulher em nosso Estado, os números são preocupantes.

4º) Redução da Maioridade Penal. Qual o vosso posicionamento, Deputado?